

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *A Crítica*

Class.: RO 100

Data: 24.10.92

Pg.: _____

Povos indígenas temem barragem

Os índios de Rondônia e Mato Grosso estão preocupados com a projetada construção da barragem do rio Machado, que inundaria 11 mil hectares da terra dos grupos Arara e Gavião, e temem a implantação do projeto Planafloco considerando que fazendeiros, madeireiros e donos de garimpos, por eles considerados aventureiros, tem causado enormes prejuízos aos povos indígenas de todo o Brasil.

Essas preocupações foram reveladas por 310 representantes de 16 povos indígenas de Rondônia e norte do Mato Grosso — Arara, Aruá, Ajuaru, Cinta Larga, Canoé, Gavião, Jabuti, Karitiana, Kakurap, Sakirabiar, Nambikuara, Oro Wari, Suruí, Tupari, Tenharim e Zoró — que estiveram reunidos durante a 1ª Assembléia Geral entre os dias 17 a 21 deste mês, na cidade de Ji-Paraná, Rondônia.

Para realizar este encontro, eles contaram com o apoio de nações indígenas dos Estados do Amazonas (Baniwa, Cambeba, Baré e Tucano), do Acre (Apuriná e Kaxinawá) e de Roraima (Wapixana), os quais representaram também, respectivamente, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), União das Nações Indígenas de Tefé (Uni-Tefé), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (Uni-Acre), Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (Opire) e Conselho Indígena de Roraima (CIR). Também receberam a solidariedade de várias entidades, dos movimentos populares do campo e da cidade.

Durante a assembléia foram discutidos os problemas dos grupos representados e o encaminhamento das soluções, conscientes as lideranças "de que os nossos direitos estão garantidos pela Constituição Federal de 1988".

Os representantes indígenas decidiram constituir uma articulação dos povos indígenas de Rondônia e

norte do Mato Grosso, que coordenará a formação da organização.

Segundo as lideranças, são graves os problemas enfrentados em Rondônia e ao norte do Mato Grosso. Das 35 terras indígenas existentes, apenas nove estão completamente regularizadas; duas homologadas; duas estão delimitadas; seis estão interditas; uma identificada e nada menos do que 15 encontram-se sem qualquer providência por parte do Governo Federal. "Enquanto as nossas terras não estiverem todas, sem exceção, regularizadas, não estaremos tranquilos, livres de ameaças", afirmam os índios.

Eles consideram doloroso saber que as terras dos Zorós, que estão apenas delimitadas, encontram-se invadidas por 70 famílias de colonos, situação que tem provocado epidemias e conflitos. Desde que foram contactados, em 1977, os Zorós tiveram a sua população reduzida de 600 pessoas para apenas 200. Em 1983, a Funai autorizou o proprietário da fazenda Muiraquitã a construir uma estrada que atravessa o território Zoró, o que só fez aumentar os conflitos. Apesar dos reiterados pedidos dos Zorós e também dos seus vizinhos, os Suruí e os Cintas Largas, até hoje essa estrada não foi interdita.

"Nós exigimos das autoridades a interdição das terras dos Zorós e a imediata retirada dos invasores. Exigimos também a rápida demarcação da área, conforme determina a Constituição Federal", afirmam os representantes em documento conclusivo do encontro.

Outro problema que preocupa os índios da região é a projetada construção da barragem do rio Machado, que inundaria 11 mil hectares dos grupos Arara e Gavião.

"Nós exigimos que o projeto da barragem do rio Machado seja amplamente discutida com os povos Arara e Gavião e com as populações de Ji-Paraná e Jarú que serão atingidas pelo alagamento da represa na

época das enchentes", afirmam.

Eles dizem, ainda, que não foram consultados sobre a construção da BR-421, que ligaria Vila Nova do Mamoré à cidade de Ariquemes. Essa estrada, se for construída de acordo com o projeto conhecido pelas lideranças indígenas, cortaria uma parte do território do povo Karipuna, comprometendo sua existência. "Recordamos que os Karipuna estão hoje reduzidos a apenas 10 pessoas, após terem sido vítimas de inúmeros massacres, o último dos quais ocorrido em meados da década passada. A estrada afetaria dois grupos isolados na mesma área dos Karipuna e passaria também nas proximidades da terra dos Uru-Eu-Wau-Wau, cuja demarcação foi revogada pelo ex-presidente José Sarney", lembram.

"Não estamos mais dispostos a morrer por causa dos projetos que só beneficiam os fazendeiros, os madeireiros, os donos de garimpo e os políticos que precisam de seus votos", garantem.

Eles se revelam preocupados, também, com a forma com que está sendo implementado o chamado Planafloco. "Por que razão não estamos sendo chamados a participar de sua discussão? Como é que o projeto será executado? Como será administrado? Será que o Planafloco não vai repetir o Polonoroeste, que em vez de trazer benefícios para os povos indígenas, fez com que suas terras fossem reduzidas e invadidas por todo tipo de aventureiro?"

As lideranças afirmam que aventureiros — fazendeiros, madeireiros, donos de garimpos — têm causado enormes prejuízos aos povos indígenas de todo o Brasil. E por isso se organizaram para resistir aos seus ataques, à sua violência, à sua corrupção. "Os povos indígenas não podem servir de caça para esses aventureiros. A Lei garante os nossos direitos e nós exigimos que os nossos direitos sejam respeitados por todos os brasileiros".